

O capital intelectual e o ativo intangível: desafios e reflexões para a contabilidade

Telma Maria Chaves Ferreira da Silva (UFMA) – Brasil

E-mail: telmachaves@hotmail.com

Augusta da Conceição Santos Ferreira (UA) – Brasil

E-mail: augusta.ferreira@ua.pt

Resumo: Os recursos intangíveis das organizações são constantemente analisados sob a designação do termo capital intelectual, e se considerarmos a procura do tópico intangível na literatura, observa-se que o mesmo é abordado com uma grande diversidade de termos para fazer referência aos intangíveis das organizações, tais como ativo intangível, capital intangível, recursos intangíveis, capital intelectual, ativo do conhecimento e propriedade intelectual. Para a contabilidade, o ativo intangível é um elemento não monetário, identificável e sem substância física, sendo considerado, por alguns autores, numa abordagem mais qualitativa ou quantitativa, conforme a identificação de uma variada gama de formas de abordar o ativo intangível. Por isso, diante do desafio para a contabilidade em realizar uma distinção entre os termos capital intelectual e ativo intangível e do reconhecimento da importância dos recursos intangíveis para as organizações, procura-se responder à seguinte questão de partida: como pode ser definido e caracterizado o capital intelectual para a contabilidade? O artigo tem o objetivo de analisar a definição e as características do capital intelectual, por forma a construir a percepção sobre o termo e sua associação com o ativo intangível. Fundamentalmente, pretende-se fornecer uma base conceptual para suportar uma análise da perspectiva da contabilidade, analisando como é efetuada a categorização do capital intelectual; e analisando como é feita sua divulgação para os *stakeholders*. Por esse motivo, a metodologia utilizada neste artigo é uma abordagem teórica sobre os temas em relevo, tratando-se de um estudo de natureza exploratória num foco teórico de livros e artigos científicos. Neste artigo vamos identificar a dificuldade de traçar uma linha separadora entre as definições do ativo intangível e do capital intelectual; esses fazem uso constantemente dos mesmos adjetivos – incorpóreo, imaterial, não monetário, sem substância física – para caracterizar a sua definição. Para além disso, os dois termos são frequentemente utilizados como sinónimos e considera-se que as diferentes áreas da ciência utilizaram abordagens divergentes que trazem características próprias para a temática.

Palavras-chave: Capital intelectual, ativo intangível e gestão do conhecimento.

Área: AT4 – Contabilidade e Governança

1. INTRODUÇÃO

Em paralelo ao crescente interesse dos investidores em informação de natureza intangível, as investigações na área da economia e gestão destinam mais atenção à análise desses recursos nas organizações. O foco das investigações centra-se na gestão estratégica e no reconhecimento da importância da área contabilística para a gestão, a mensuração e a divulgação dos intangíveis (Kaufmann & Schneider, 2004).

Os recursos intangíveis das organizações são constantemente analisados sob a designação do termo *capital intelectual*, tanto que vários estudos focam-se na questão da definição do termo, a exemplo disso, podemos citar Kaufmann e Schneider (2004), Andriessen (2004), Boekestein (2006) e Choong (2008); e se considerarmos a procura do tópico *intangível* na literatura, observa-se que o mesmo é abordado com uma grande diversidade de termos para fazer referência aos intangíveis das organizações, tais como ativo intangível, capital intangível, recursos intangíveis, capital intelectual, ativo do conhecimento e propriedade intelectual (Kaufmann & Schneider, 2004).

Observa-se, ainda, que, na literatura europeia, o termo *capital intelectual* é frequentemente utilizado como sinónimo de ativo intangível; e Kaufmann e Schneider (2004) identificam uma diversificação de terminologia, mas ratificam que os termos mais utilizados são o intangível e o capital intelectual e destacam que a maioria das definições se referem ao conhecimento e referem a característica do intangível que constitui os direitos e os benefícios futuros. No contexto das definições de *capital intelectual*, Leitner e Curaj (2014) referem-se aos recursos da organização provenientes do capital humano, da estrutura da organização e de suas relações com o meio ambiente, abrangendo múltiplos aspetos da organização, tais como: i) o conhecimento e a experiência dos atores individuais, referente ao capital humano, ii) a estrutura e os processos da organização, referente ao capital estrutural e, por fim, iii) as conexões com os fornecedores e clientes que vão para além das fronteiras da organização, referente ao capital relacional.

Para uma organização, a importância da análise do capital intelectual pode ser apresentada através de uma metáfora, a qual compara uma entidade a uma árvore que é composta pela parte visível – os troncos, os galhos, as folhas, os frutos – e a parte invisível – a raiz. A avaliação do estado saudável da árvore só é possível na percepção do aspeto visível e do invisível, em razão de metade ou mais do total do vegetal estar subterrâneo, por conseguinte, é necessário observar o que está a acontecer nas raízes, para uma análise mais eficaz de quão saudável será a árvore nos próximos anos (Edvinsson & Malone, 1997).

Por isso, tendo a convicção de contribuir com o foco deste artigo para a reflexão sobre o desafio da percepção do termo *capital intelectual* e do seu reconhecimento nas organizações, procura-se responder à seguinte questão de partida: como pode ser definido e caracterizado o termo o capital intelectual na contabilidade? O artigo tem o objetivo de analisar a definição e as características do capital intelectual, por forma a construir a percepção sobre o termo e sua associação com o ativo intangível. Fundamentalmente, pretende-se fornecer uma base conceptual para suportar uma análise da perspetiva da contabilidade, analisando como é efetuada a categorização do termo; e analisando como é feita sua divulgação para os *stakeholders*. Diante da proposta de observar a reflexão teórica sobre o intangível na organização, a qual é envolvida em questões de elevada subjetividade, a metodologia qualitativa surge como uma alternativa mais pertinente neste artigo, existindo também a necessidade nesta abordagem de reconhecer uma realidade que ainda não é devidamente aprofundada na contabilidade.

Nossa metodologia é desenvolvida na forma de revisão teórica de natureza exploratória e descritiva, em que pesquisámos em bibliotecas, em *sites* institucionais, e nas bases de dados *online Emerald, Scopus e Web Science*. A procura na base de dados foi realizada de forma sistemática, focando os termos *Intelectual capital* e *intangible*, por forma a identificar os estudos que tratam das dimensões que suportam essa temática. Este artigo está delineado em quatro subsecções:

- na subsecção 2 - O capital intelectual, o ativo intangível e o conhecimento: uma reflexão na sobre os termos para conduzir à compreensão da definição e do posicionamento relativo ao ativo intangível;
- na subsecção 3 - A categorização do capital intelectual enquanto contributo para uma melhor compreensão do termo com vista a uma aproximação da definição;
- na subsecção 4 – A mensuração e a divulgação do capital intelectual para perceber seus desafios nas organizações;
- na subsecção 5 - Conclusões para conduzir à apresentação das inferências que foram suportadas na reflexão do conteúdo das subsecções anteriores.

2. O CAPITAL INTELECTUAL, ATIVO INTANGÍVEL E CONHECIMENTO: UMA REFLEXÃO SOBRE OS TERMOS

Nesta subsecção é abordada a definição de capital intelectual, das características do conhecimento e do ativo intangível e, por fim, uma discussão sobre a utilização de diversos termos para abordar o intangível das organizações, por forma a direccionar o posicionamento sobre a definição de capital intelectual e suas características.

No âmbito do capital intelectual, a expressão foi utilizada pela primeira vez por Kenneth Galbraith, abordando um conceito que incorporou um grau de "ação intelectual", ao invés de utilizar o termo capital intelectual como intelecto puro. A implicação da utilização deste ponto de vista é a de que o capital intelectual seja, provavelmente, uma dinâmica, ao invés de uma forma estática de capital (Edvinsson & Sullivan, 1996) A abordagem focada no capital intelectual teve um avanço significativo de importância nas organizações nas últimas décadas em razão do surgimento dos seguintes aspetos (Guthrie & Petty, 2000).

- a revolução na tecnologia da informação e o surgir da sociedade da informação;
- a crescente importância do conhecimento e da economia do conhecimento;
- as mudanças nos padrões de atividades interpessoais e a rede social;
- a inovação como elemento determinante de competitividade das entidades.

Para Choong (2008), a maioria dos estudos definem o capital intelectual como um ativo não monetário que não possui substância física, mas possui um valor para organização ou pode gerar benefícios futuros. O autor destaca que essa definição não é a mais apropriada para o capital intelectual, mas é de opinião que contribui colabora para reduzir a ambiguidade da compreensão acerca do tema.

O capital intelectual é definido como o aspeto intangível – tal como o conhecimento, a informação, a experiência e a propriedade intelectual – utilizado para gerar riqueza para a organização (Stewart, 1997). Identificaram-se, ainda, outras definições, tal como Kelly (2004), que define o como um recurso de capital proveniente da relação entre o detentor do capital e o *stakeholder*, ou seja, o recurso proveniente da capacidade de inovação e de gestão de mudanças de uma organização, a partir das suas infraestruturas, do seu conhecimento, da sua experiência e das competências transferíveis das pessoas. Já Andriessen (2004) define capital intelectual como um subconjunto de recursos intangíveis que se baseiam em recursos e atividades intelectuais.

Os responsáveis pelo projeto Meritum conceituaram o capital intelectual como uma combinação de recursos humanos, estruturais e relacionais de uma organização. Esses recursos incluem entre outros, o conhecimento, a habilidade e a experiência dos empregados ou dos elementos participantes da organização, o banco de dados, os sistemas informáticos, os procedimentos, o relacionamento da organização com os clientes, o relacionamento da organização com os fornecedores e os parceiros (Meritum Project, 2002).

Cabrita (2009) destaca que as organizações devem reconhecer o capital intelectual como um aspecto de criação de valor na organização e reconhecer a dificuldade dos gestores em definir, identificar, explorar e aplicar em termos práticos o capital intelectual nas organizações. Neste contexto, Cabrita e Bontis (2008) salientam que para identificar como uma organização converte o capital intelectual em valor é necessário perceber quais são os “valores” que as entidades esperam extrair do capital intelectual. Esse valor pode tomar a forma, entre outras, de lucros advindos da venda de produtos, de *royalties*, bem como de propriedade intelectual. Os autores destacam três elementos, quando se pretende definir capital intelectual: i) o elemento intangível, ii) o elemento criação de valor e iii) o elemento que proporciona crescimento com a prática coletiva.

Giuliani e Marasca (2011) constataram também na literatura várias definições de capital intelectual e algumas apresentaram divergências em determinados aspectos, mas os autores destacam que a maioria dos estudos apresenta definições que consideram as mesmas características básicas ao definir o capital intelectual: i) a primeira característica é o aspecto subjetivo, ii) a segunda é a relevante relação com o “conhecimento” e iii) a terceira característica é a perspectiva no futuro da organização. Assim, concluem Giuliani e Marasca (2011) que, independentemente do alto grau de subjetividade, a temática revela um nível considerável de objetividade, de coerência, de comparabilidade e de compreensibilidade.

Relativamente à descrição das características do conhecimento e da ligação com o capital intelectual, inicia-se com a apresentação da definição do termo que nos remete para a história da filosofia desde o período grego, na qual se identifica, apesar das diferenças fundamentais entre o racionalismo e o empirismo, uma aceitação da definição do conhecimento como uma “crença verdadeira justificada”, introduzida pela primeira vez por Platão (Nonaka & Takeuchi, 1995).

Para os economistas, o conhecimento é o quarto fator de produção a ser gerido, como os três tradicionais fatores de produção: terra, capital e trabalho; e o mesmo é importante para criação de valor da organização, portanto deve ser controlado (Amaral & Pedro, 2004). No entanto, a avaliação e a mensuração do conhecimento numa organização é muito diferente da avaliação e mensuração dos ativos tradicionais, sobretudo porque é difícil verificar a forma de operação e determinar um valor para o conhecimento para uma entidade (Kluge, Stein, & Licht, 2002).

A geração do conhecimento numa organização ocorre através de um processo, no qual é necessário perceber o percurso da construção do conhecimento, classificado por Nonaka e Takeuchi (1995) em conhecimento tácito e conhecimento explícito. Amaral e Pedro (2004) destacam que o conhecimento explícito é formal, sistemático e pode ser transmitido mais facilmente, através de codificação partilhada. O conhecimento tácito é um processo complexo adquirido ao longo de muitos anos de prática, no qual pode ressurgir num evento distinto da experiência que o originou, gerando uma nova experiência, sendo o ambiente psicossocial da organização um fator determinante para gerir o conhecimento com sucesso na entidade.

No âmbito da definição de *ativo intangível*, no Brasil, a Norma Técnica de

Contabilidade 19.8 define o ativo intangível como um ativo não monetário identificável sem substância física; e a lei n.º 6404/76, regulamentadora das Sociedades por Ações, refere que se trata dos direitos que tenham por objeto os ativos incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade. Em Portugal, o ativo intangível é definido na Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) n.º 6 como um ativo não monetário sem substância física, reconhecido quando são atendidas duas condições fundamentais (§§ 21):

- for provável que os benefícios económicos futuros esperados que sejam do ativo fluam para a entidade; e
- o custo do ativo possa ser fiavelmente mensurado.

Para além da definição de ativo intangível no Brasil e em Portugal, observa-se nas diversas normas internacionais (cf. Figura 1) a similaridade na especificação do elemento para ser um ativo intangível: deverá ter condições para ser identificável, ser não monetário e sem substância física.

NORMA	NORMA INTERNACIONAL DE CONTABILIDADE N.º 38 (IAS*1)	NORMA INTERNACIONAL DE CONTABILIDADE N.º 38 (IAS)	PRINCÍPIO DE CONTABILIDADE DE N.º 17 (APS*217)	NORMA INTERNACIONAL DE CONTABILIDADE PARA O SETOR PÚBLICO N.º 31 (IPSAS*31)
Termo	Ativo intangível	Ativo intangível e goodwill	Ativo intangível	Ativo intangível
Definição	É um ativo não monetário, identificável, sem substância física.	É um ativo não monetário que não tem substância física, mas são identificáveis e são controlados pela entidade através de custódia ou direitos legais fixados.	Sem definição	É um ativo não monetário identificável, sem substância física.
Emitida	janeiro de 2012	janeiro de 2012	dezembro de 1970	janeiro 2010

Figura 1- Definição do ativo intangível no normativo internacional.

Fonte: Elaboração própria.

IAS*1 - *International Accounting Standards*

APS*2 - *Accounting Principles Standards*

As considerações de categoria de ativo intangível são referidas em normativos, tais como a portaria n.º 1011/2009, Sistema de Normalização Contabilística (SNC), em Portugal, que classifica os intangíveis nos seguintes grupos: goodwill, projetos de desenvolvimento, programas de computadores e propriedade industrial. No Brasil, a lei n.º 6404/76, aponta o grupo de ativo intangível para apresentação no balanço patrimonial, sem sugerir uma divisão em categorias. O *Accounting Principles Standards* (APS) 17 recomenda estabelecer uma relação entre as características do ativo intangível para classificá-lo, apontando as seguintes bases:

- a) **identificabilidade** - separadamente identificável ou sem identificação específica;
- b) **forma de aquisição** - adquirido individualmente, em grupos ou em combinações de negócios ou desenvolvidos internamente;
- c) **período esperado de benéfico** - limitado por lei ou contrato, relacionada com fatores humanos ou económicos, duração indefinida ou indeterminada;

d) separabilidade do negócio da organização - direitos transferíveis sem título, vendável ou inseparável da entidade ou de uma parte substancial da mesma.

Para o setor público, a categorização do *International Public Sector Accounting Standard* (IPSAS) n.º 31 divide o ativo intangível nos grupos como marcas, *mastheads* e títulos de publicação, títulos de periódicos, *softwares* para computadores, licenças, direitos de autor, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais. Para além disso, também divide em receitas, fórmulas, modelos, projetos, protótipos e ativos intangíveis em desenvolvimento. O *Financial Reporting Standard 10* (FRS 10) indica a classificação dos elementos intangível por natureza, função ou uso na atividade da entidade, nas quais podem ser tratadas em classes separadas as licenças, as quotas, as patentes, os direitos de autor, as franquias e as marcas. A subdivisão nas classes pode ser indicada, por exemplo, para os diferentes tipos de licença com diferentes funções dentro de distintos segmentos da organização. Na Figura 2, apresenta-se o *Financial Accounting Standards Board 141* (FASB 141) que classifica nas seguintes categorias:

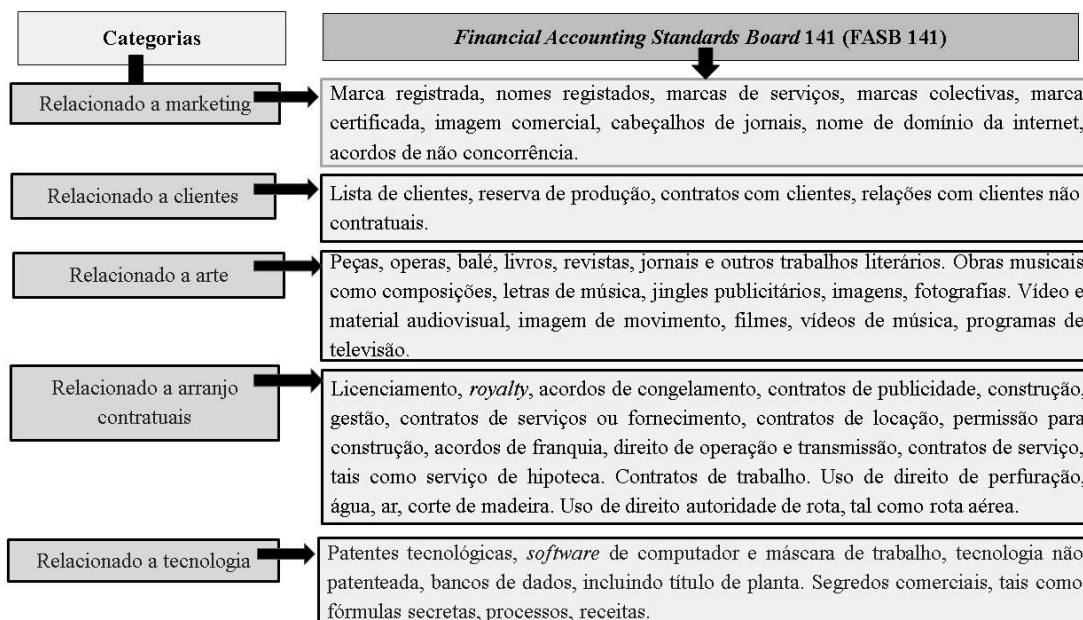


Figura 2 – Categorias de ativo intangível do FASB 14.

Fonte: Elaboração própria.

No âmbito da discussão sobre a utilização de diversos termos, identifica-se na literatura que o termo *capital intelectual* é constantemente utilizado como ativo intangível. Verifica-se que os dois termos são, continuamente, usados de forma indistinta (Cabrita, 2009). Neste contexto, Schindler e Jaitner (2003) classificam o intangível, utilizando o termo ativo do conhecimento, em duas formas de abordagem (cf. Figura 3) a quantitativa com 4 métodos e a qualitativa com 10 métodos. Para os autores, a importância da abordagem quantitativa do intangível está associada às situações de fusão ou aquisição de organizações e também à comparação do valor financeiro dos intangíveis em entidades do mesmo segmento. No entanto, os autores entendem que a abordagem quantitativa não fornece informações suficientes sobre as características de vários ativos imateriais.

Na abordagem qualitativa, Schindler e Jaitner (2003) destacam que há uma grande diversidade de métodos e uma ausência de consenso na utilização de um padrão para comunicar as informações para os *stakeholders*. Os diferentes enfoques restringem a

possibilidade de realizar uma comparação entre várias organizações. Para além disso, outro problema que não deve ser subestimado é a dificuldade de fornecer validade para métricas utilizadas, pois cada método mostra um nível diferente de significados e de agregação.

	TIPO DE ABORDAGEM	MÉTODOS	PRECURSORES DOS MÉTODOS
ATIVO DO CONHECIMENTO	Quantitativa (4 métodos)	<i>Market-to-book ratio</i>	-
		<i>Tobin's Q</i>	James Tobin
		<i>Calculated intangible value (CIV)</i>	-
		<i>The value explorer™</i>	KPMG company
	Qualitativa (Dez métodos)	<i>A structural model of intellectual capital</i>	Patrick Sullivan
		<i>Intellectual capital navigator</i>	Thomas Stewart
		<i>Intangible assets monitor (IAM)</i>	Karl Sveiby
		<i>Balanced scorecard</i>	Kaplan/Norton
		<i>Skandia navigator</i>	Skandia financial services company
		<i>The IC index</i>	Roos at al
		<i>The intellectual capital method</i>	Annie Brooking
		<i>Intellectual capital report</i>	Austrian Research Center Seibersdorf
		<i>Value chain scoreboard™</i>	Baruch Lev
		<i>WissensBilanz</i>	German Ministry of educational

Figura 3 - Modelos quantitativos e qualitativos

Fonte: Elaborada com base em Schindler e Jaitner (2003)

Na literatura, Lev (2001) e Schindler e Jaitner (2003) observaram a utilização dos termos: intangível, ativo intangível, ativo imaterial, recursos intangíveis, ativo do conhecimento e capital intelectual como sinónimos. Para além disso, existe uma relação entre a escolha do termo com a área de investigação. Por exemplo, o termo intangível é utilizado na contabilidade, o termo ativo de conhecimento é utilizado na economia e o termo capital intelectual é utilizado na área de gestão e de legalidade. E quando o intangível é protegido legalmente - patentes, marcas ou direitos do autor - é identificado pelo termo de *propriedade intelectual*. No entanto, destaca Lev (2001) que todos os termos fazem referência à mesma realidade: ao aspeto não físico que traz benefícios futuros.

Hayton (2005) considera que alguns autores se focam no aspeto intangível do capital intelectual – habilidades, conhecimento, informação - e que outros autores se focam no aspeto tangível do capital intelectual – marcas, direitos do autor e patentes. A distinção entre os diversos focos, destaca Choong (2008), está na vasta gama de estudos, em várias disciplinas, acerca do aspeto intangível que criou uma enorme magnitude de definições, de vários recursos e de propriedades e atributos que podem ser considerados como capital intelectual ou ativo intangível.

Choong (2008) também aborda o *goodwill* na análise do tema, destacando que a diferença entre o valor de mercado e o valor registado nos relatos financeiros, denominada *goodwill*, nunca é completamente explicada ou não são identificados os constituintes da diferença entre esses dois valores. A diferença pode ser gerada internamente na empresa ou externamente, porém apenas o *goodwill* externo ou adquirido pode ser relatado ou amortizado durante a vida útil, de acordo com a prática da contabilidade aceite em muitos países. O autor

também salienta que o termo *goodwill*, ativo intangível e capital intelectual são utilizados como sinónimos, mas sinaliza que não é possível aceitar que os termos capital intelectual ou ativo intangível sejam representados pelo termo *goodwill*. A expressão *goodwill* é muito ampla e os investigadores não conseguem explicar plenamente o significado da expressão. Cabrita (2009) também destaca que alguns autores utilizam indevidamente o termo *goodwill* para se referirem a capital intelectual.

Rastogi (2003) identifica uma grande dificuldade na gestão do capital intelectual em razão da natureza amorfa e imprecisa do que é um intangível. Destaca, também, que, ao desprover o intangível de uma métrica financeira, a análise das organizações torna-se ainda mais difícil. Por fim, Kaufmann e Schneider (2004) salientam que a literatura também se prolifera com termos diferentes para descrever as informações relacionadas com capital intelectual ou intangível; e em alguns casos, as definições ficam sob um nível muito abstrato que oferece pouco contributo para os profissionais ou para os investigadores. Não obstante, o capital intelectual é, como já salientamos, reconhecidamente importante para a contabilidade pela necessidade de fornecer uma perspectiva de criação de valor e de explicar a diferença entre o valor de mercado de uma organização e o registrado de acordo com os princípios contabilísticos (Fincham & Roslender, 2003).

Neste contexto, entre a definição de capital intelectual e de ativo intangível, Fincham e Roslender (2003) percebem que existe uma necessidade de distinguir claramente os termos capital intelectual e ativo intangível, pois o tratamento contabilístico que parece ser dado a capital intelectual resume-se a acomodar os elementos com características intangíveis no balanço contabilístico das entidades. Em contrapartida, Andriessen (2004) não concorda com essa posição de estabelecer uma distinção para os termos. Salienta que as expressões utilizadas são escolhidas para realizar uma condução para a observação da investigação ou expressar um aspeto de forma contrária, por conseguinte o termo utilizado é para apresentar aos leitores uma mensagem específica para o estudo que está a ser realizado.

Conforme Dumay (2008), as tentativas para redefinir o capital intelectual têm acrescentado pouco desenvolvimento ou nenhum desenvolvimento ao conhecimento e não trouxeram mais-valias para o estudo empírico do capital intelectual. Existe uma ausência de acordo entre os académicos e os profissionais para apontar um caminho "correto" para representar o capital intelectual. No entanto, o autor conclui que o aspeto mais relevante da reflexão sobre capital intelectual é a sinalização da literatura acerca da importância de mensurar e avaliar o capital intelectual no contexto operacional para todas as organizações nas duas últimas décadas.

A discussão acerca da utilização dos termos na literatura conduz à reflexão de que a definição de capital intelectual poderá estar sempre estritamente vinculada à definição de ativo intangível, ao aspeto da criação de valor para organização e à percepção de que os termos *ativo intangível* e *capital intelectual* são, de um modo geral, utilizados de forma indistinta na literatura (Cabrita, 2009). Em conclusão, a nossa revisão na literatura observa estudos que apontam a importância do capital intelectual e tratam da diversidade de termos com as características pertencentes ao capital intelectual para a gestão das informações do intangível das organizações, tais como o ativo imaterial, o ativo do conhecimento, a gestão do conhecimento, o *goodwill* e a propriedade intelectual. A discussão sobre a utilização de diversos termos para definir o capital intelectual conduz à inferência de que dificilmente será identificado um termo único ou uma definição por unanimidade para todas as áreas da ciência. A literatura acerca do capital intelectual apresenta um número diversificado de definições e de

classificações que refletem a inexistência de consenso na definição e na classificação de ativo intangível e do capital intelectual.

3. A CATEGORIZAÇÃO DO CAPITAL INTELECTUAL

A abordagem na categorização do capital intelectual nesta subsecção tem o objetivo de contribuir para uma melhor compreensão do termo e suportar melhor a reflexão sobre a organização das informações na divulgação do relatório de capital intelectual. Assim, o foco da categorização será direcionado para a identificação de quais são as categorias, as características de cada uma e será feita uma breve reflexão dos estudos empíricos sobre a categorização.

Para identificar quais são as categorias da temática, observa-se que Edvinsson e Sullivan (1996) categorizam o capital intelectual dividindo-o em capital humano e capital estrutural; e Brooking (1997) apresenta uma classificação do capital intelectual em quatro tipos de ativos:

- ativos de mercado – a força da relação do aspecto intangível da organização com o mercado, por exemplo, a marca, os clientes e a lealdade;
- ativos de propriedade intelectual – o conhecimento, os segredos de comércio, os direitos do autor, as patentes e outros tipos de direitos;
- ativos centrados no aspecto humano – as qualidades inerentes às pessoas;
- ativos de infraestrutura – as tecnologias, as metodologias e os processos que permitem o funcionamento da organização.

Não obstante as divergências identificadas na categorização, a classificação do capital intelectual em capital humano, capital organizacional e relacional é mais frequentemente apontada na literatura, tais como Edvinsson e Malone (1997), Andersson e Wiklund, (2012), Lu (2012), Nava-Rogel e Mercado-Salgado (2011), Ramírez, Lorduy e Rojas, (2007) e Cabrita (2009). E essas categorias podem ser definidas como:

- capital humano – definido como as habilidades e experiências das pessoas;
- capital organizacional ou estrutural – definido como o conhecimento que se mantém dentro da empresa e que compreende, nomeadamente, rotinas organizacionais, processos, sistemas, culturas e bases de dados;
- capital relacional – definido como os recursos vinculados às relações externas da organização, com os clientes, fornecedores ou parceiros.

A divisão nas categorias de capital humano, estrutural e relacional parece ser o único ponto unificador de aceitação geral de diversos autores no aspecto capital intelectual (Dumay, 2009). Assim sendo, Choong (2008) destaca a convergência em categorizar o capital intelectual em capital humano, organizacional ou estrutural e relacional; mas também verifica o emergir de uma quarta categoria, denominada de capital da propriedade intelectual, que é utilizada para indicar o desenvolvimento e comercialização de produtos e serviços da organização.

Para perceber as características de cada categoria, destacam-se a seguir as três categorias consensuais. Na primeira categoria, capital humano, Stewart (1997) define como tratando-se da execução de uma atividade de forma diferenciada, já que a realização de uma

tarefa de rotina pode ser automatizada, realizada por outro funcionário, ou seja, a organização necessita de um funcionário possuidor de uma “mente” diferenciada e não a contratação de uma mão-de-obra sem diferencial. Para além disso, Stewart (1997) evidencia que a organização não avalia unicamente o funcionário pelas tarefas que executa, mas também pelos resultados que é capaz de obter na realização das atividades. Na análise do capital humano, identifica-se o crescimento da utilização da habilidade e da experiência do funcionário de duas formas: o maior uso da organização do conhecimento do funcionário e o aumento de conhecimento dos funcionários que sejam úteis para a organização.

Na segunda categoria, capital organizacional ou estrutural, Bontis (1998) define-a como o aspeto de qualidade da estrutura e dos mecanismos de uma entidade que auxiliam e suportam o alcance de um desempenho da qualidade superior pelos funcionários. Se um profissional possuir um alto nível intelectual, mas o capital organizacional não acompanhar no mesmo patamar, a organização não alcançará o nível máximo do capital intelectual global.

Edvinsson e Malone (1997) salientam que capital organizacional pode ser disponibilizado pela entidade para uma negociação e o aspeto humano não é propriedade da organização. O capital humano é identificado como um *stock* ativo de capacidade e competência individual que pertence ao funcionário, contudo, mesmo que esses aspetos não sejam propriedade da organização, é um fator essencial para o sucesso em razão da influência no desempenho da organização. O capital estrutural tem um efeito multiplicador quando interage com o capital humano, pois é reconhecida a necessidade de suporte organizacional para fornecer condições para converter os conhecimentos individuais dos funcionários em desempenho organizacional (Cabrita, 2009).

Na terceira categoria, capital relacional, Bontis (1998) define-a como o conhecimento incorporado nas relações externas à organização; e Cabrita (2009) refere que os primeiros trabalhos sobre capital intelectual tratavam o capital relacional apenas como as relações com os clientes. Assim, em alguns estudos encontra-se o termo *capital de cliente* em substituição de *capital relacional*. A autora destaca que o capital relacional não representa apenas os clientes, mas todas as entidades que se relacionam com a organização; existindo vários atributos das relações - a satisfação, a longevidade das relações, a fidelização, a confiança – a serem considerados na relação entre a organização e a entidade externa.

No âmbito da análise das categorias, numa abordagem empírica, Murthy e Mouritsen, (2011) analisaram a relação entre o capital intelectual e o capital financeiro numa instituição financeira, procurando perceber a criação de valor proporcionada pelo capital intelectual; e identificaram a dificuldade de controlar, na prática, a relação entre os elementos do capital intelectual e o capital financeiro. Os autores ressaltam que existe uma alta correlação entre o capital humano, organizacional, relacional e o capital financeiro, apesar das investigações anteriores identificarem dificuldades significativas em estabelecer uma associação estatística.

O argumento de Murthy e Mouritsen (2011) é o de que a literatura não reflete a fragilidade para classificar os elementos nas categorias – humano, organizacional, relacional - de capital intelectual, destacando que é muito complexo identificar quando um elemento se encerra em uma categoria e inicia em outra categoria; por exemplo, um investimento em tecnologia da informação é um investimento em capital organizacional, mas um investimento em treinamento tem o objetivo de melhorar a eficiência do capital humano dos funcionários da tecnologia da informação, em razão das necessidades sistêmicas e não pela necessidade de qualificação dos funcionários. Tais investimentos em capital humano surgem como uma consequência do capital organizacional e como facto inerente à produtividade da tecnologia

da informação. Assim, é difícil em diversos momentos separar a funcionalidade do investimento e classificar em categorias de capital intelectual;

Noutro estudo empírico, Cuganesan (2005) analisou as categorias do capital intelectual e a criação de valor num estudo de caso na Austrália, identificando dois aspetos a destacar: o primeiro aspeto mostrou como os recursos direcionados às categorias de capital intelectual transformam um ao outro, muitas vezes de uma forma pluralista e fluída, ou seja, o processo de inter-relação é complexo. Essa conclusão contrasta com resultados de estudos empíricos anteriores, descritivos de uma inter-relação de causa-e-efeito. O segundo aspeto mostrou a existência da necessidade de considerar mais plenamente o processo de capital intelectual, pois a forma de implantar o recurso nas categorias de capital intelectual influencia as possibilidades de transformação de resultado de criação de valor, tanto de uma maneira positiva como negativa.

4. A MENSURAÇÃO E A DIVULGAÇÃO DO CAPITAL INTELECTUAL

Nesta subsecção a abordagem será direcionada para a divulgação das informações de capital intelectual em vários setores e sobre seus utilizadores. No que diz respeito à divulgação de capital intelectual, Edvinsson e Malone (1997) destacam que a primeira divulgação de informações do capital intelectual ocorreu em maio de 1995, momento de lançamento da publicação voluntária do relatório anual de capital intelectual, realizada pela organização de serviços financeiros e seguros Skandia. A organização investigou o capital intelectual durante 4 anos sob a liderança de Leif Edvinsson, fundamentada na ideia da elevada relevância de considerar na análise de desempenho os aspetos intangíveis para obter a criação de valor sustentável na organização.

Cañibano e Sánchez, (2004) identificam que as organizações procuram relatar uma quantidade crescente de informações voluntárias sobre seu capital intelectual e elas também têm uma expectativa de que haverá exigência de divulgação dessas informações no futuro. Neste contexto, ao analisar o relato financeiro de 52 organizações farmacêuticas, Boekestein (2006) identificou que a maioria das entidades do setor, atividade com a utilização intensiva do conhecimento, especifica nos relatos os aspetos intangíveis.

Na Austrália, Dumay (2008) identifica uma organização pública, *New South Wales* (NSW), que apostou na divulgação de capital intelectual, através da apresentação de um suplemento anexado ao relatório anual da organização. As informações contempladas de capital intelectual da NSW adotaram uma teoria social, denominada teoria da estruturação, no sentido da divulgação contribuir para acompanhar a elevação ou diminuição do desempenho da NSW e fornecer um canal de comunicação entre a comunidade em geral e a gestão da organização.

A divulgação de capital intelectual no setor público, destaca Wall (2005), nos diversos países que atravessaram um longo período de reformas dentro do movimento da NGP, pode estar relacionado com uma avaliação de desempenho essencial para obter os resultados da eficiência, da responsabilidade e da transparência da administração pública. Os diferentes elementos intangíveis – reputação da organização, parcerias entre o setor público e o setor privado, compromisso social, compromisso ambiental, experiência dos funcionários, qualificação dos funcionários, propriedade intelectual – são considerados relevantes para compor a divulgação das demonstrações financeiras, ou seja, para avaliar a gestão das organizações do setor público.

Ramírez (2010) ressalta que o relato de capital intelectual poderá informar acerca da capacidade de gestão do setor público em gerar resultados sustentáveis e fornecer a oportunidade de melhorar constantemente as metas estabelecidas pela organização, acrescentando informações relevantes a curto prazo que não são fornecidas pelo modelo tradicional de relato financeiro. No entanto, no setor financeiro, Cabrita (2009) analisou o impacto da influência do capital intelectual na banca portuguesa, tendo como uma das conclusões a identificação do reconhecimento dos gestores da importância do capital intelectual no sucesso dos negócios, mas eles demonstram não saber como identificar, explorar, mensurar ou gerir essas informações.

Noutro estudo no setor financeiro, Dumay (2009) analisou uma organização de serviços financeiros na Austrália com o objetivo de investigar a mensuração e perceber a dinâmica de criação de valor e os *insights* acerca da construção do capital intelectual. Os resultados mostraram que a mensuração identificada na teoria é diferente da mensuração prática de capital intelectual dos relatórios de gestão das organizações. Os gestores ao desenvolverem e utilizarem novas habilidades na organização optam por uma prática divergente da teoria de capital intelectual.

Cañibano e Sánchez (2004) sustentam a ideia da divulgação de informações de capital intelectual como um instrumento que trará para os *stakeholders* a transparência e a confiabilidade necessária para as organizações, diante de um cenário no qual os riscos e os danos potenciais tornaram-se problemas reais nos últimos anos para os investidores, causando enormes perdas, não só em razão do comportamento antiético dos analistas financeiros, gestores e auditores, mas também devido à ganância da maioria dos participantes de mercado à procura de grandes retornos no curto prazo. Por fim, Cañibano e Sánchez (2009) identificam uma crescente necessidade de desenvolver conceitos e ferramentas que permitam conectar o conhecimento e outros recursos intangíveis com os recursos financeiros de uma forma mais eficaz. Os autores referem que a procura por informações qualitativas e não financeiras é grande, conduzindo à reflexão de que é preciso ir além da fase de simplesmente assumir que a mensuração do intangível é relevante.

No âmbito do utilizador da informação do capital intelectual, Alwert, Bornemann e Kivikas (2004) destacam que a informação poderá ter a finalidade de atender a dois tipos de utilizadores, o *stakeholder* interno, no sentido de gerir o aspeto intangível da organização e o externo, no sentido de fornecer aos investidores uma visualização sobre o intangível. Para o *stakeholder* externo, Cañibano e Sánchez (2004) destacam que o capital intelectual fornece informações úteis para avaliar a organização; e a seleção dos elementos intangíveis para a avaliação deve reunir as seguintes características (Meritum Project, 2002):

1. comparável – quando ele é calculado e apresentado de acordo com critérios aceites, de modo que os utilizadores possam fazer comparações temporais para uma organização e espaciais entre várias organizações;
2. confiável - quando é objetivo, verdadeiro e verificável;
3. objetivo - se o seu valor não é afetado por qualquer viés decorrente dos interesses das partes envolvidas na preparação das informações divulgadas pela organização;
4. verdadeiro - se a informação que apresenta reflete a situação real da organização;
5. verificável - se é possível avaliar a veracidade das informações proporcionadas.

Para a gestão do *stakeholder* interno, Cañibano e Sánchez (2004) apontam para a necessidade de realizar uma etapa de identificação de quais são os intangíveis críticos da organização, sendo essencial a monitoração, a fim de atingir os objetivos estratégicos ou elevar as competências essenciais da organização, ou seja, a primeira etapa para gerir a informação é a identificação de quais são os intangíveis relevantes e os objetivos associados a eles para a organização (European Commission, 2006).

Nessa etapa, identificar os recursos, as capacidades e as competências da organização são passos essenciais, pois existe a necessidade de alinhamento do capital intelectual com a estratégia da organização, caso contrário, será desperdiçado o potencial para agregar valor ou mesmo deteriorar o valor. A perspectiva de capital intelectual é fundamentada em desenvolver um entendimento da criação de valor, obtendo uma oportunidade para alargar o potencial de criação (Cabrita, 2009).

Em seguida, a segunda etapa relativa aos elementos intangíveis relevantes que irão compor a elaboração de um documento denominado narrativo de conhecimento, que contribuirá para esclarecer sobre os intangíveis que criam valor para a entidade, no qual são destacados os motivos pelos quais os elementos de capital intelectual fornecem e não fornecem vantagens para a organização (European Commission, 2006).

Para além das considerações das etapas, existem medidas que permitem acompanhar o capital intelectual na organização, como por exemplo, avaliar as opções estratégicas. Fechando a relação de procedimentos de controlo interno com um conjunto de condições que forneça de forma confiável e precisa o acompanhamento das informações de capital intelectual. Essas ações funcionam como contributo para obter internamente os benefícios com a utilização das informações de capital intelectual (European Commission, 2006).

Por fim, a literatura aponta a observação da grande importância da divulgação do aspeto intangível para complementar as informações das demonstrações financeiras tradicionais tanto para as organizações privadas quanto para as organizações públicas. Assim, a justificativa para a mensuração e divulgação de capital intelectual nas organizações públicas - como pontuaram Cañibano e Sánchez (2004), Wall (2005), Dumay (2008) e Ramírez (2010) - parece estar suportado, fundamentalmente, na importância de avaliar o desempenho e tornar a organização transparente para a sociedade. No entanto, observa-se que ainda existe a necessidade de alargar e aprofundar a abordagem na análise, mensuração e divulgação das informações de capital intelectual.

5. CONCLUSÃO

O ponto de partida para responder à questão de como pode ser definido e caracterizado o capital intelectual nas organizações não pode deixar de se referir, a este respeito, a definição do ativo intangível e as características do conhecimento, uma vez que os termos capital intelectual e ativo intangível são descritos com os mesmos atributos de imaterial e subjetivo e o termo conhecimento é constante referenciado na temática de capital intelectual. Destacando-se que os economistas consideram o conhecimento como o novo fator de produção; e Kluge, Stein e Licht (2002) destacam que o conhecimento é avaliado e mensurado de maneira diferente dos ativos tangíveis.

Para a contabilidade, o ativo intangível, como vimos no normativo contabilístico, é um ativo não monetário, identificável e sem substância física, sendo considerado, por alguns autores, numa abordagem mais qualitativa ou quantitativa, conforme a identificação de uma

gama de formas de abordar o ativo intangível dos estudos de Schindler e Jaitner (2003) e Andriessen (2004); e o capital intelectual é definido como um ativo monetário que não possui substância física, mas possui um valor para a organização ou pode gerar benefícios futuros.

Destaca-se que esses dois aspectos também são apontados na definição de ativo intangível. Neste sentido, considera-se extremamente difícil traçar uma linha separadora entre as definições do ativo intangível e do capital intelectual; esses fazem uso constantemente dos mesmos adjetivos – incorpóreo, imaterial, não monetário, sem substância física – para caracterizar a sua definição. Para além disso, os dois termos são frequentemente utilizados como sinónimos e considera-se que as diferentes áreas da ciência utilizaram abordagens divergentes que trazem características próprias para a temática.

Uma representação resumida da percepção teórica deste estudo no cenário da definição do capital intelectual é apresentada na Figura 4, na qual o fato mais importante que se considera na análise do capital intelectual e que parece distinguir do conceito de ativo intangível é o “tempo da abordagem”; o capital intelectual parece ser um precursor na organização do processo de consideração do ativo intangível. Assim, aponta-se a definição de capital intelectual suportada em Choong (2008); e considera-se que a mesma pode ser conduzida para uma abordagem pré ou pós; e a exemplo de argumento para sustentar a divisão em pré e pós, apresenta-se o pressuposto de Edvinsson e Sullivan (1996) que apontam duas diferentes perspectivas de foco para a gestão do capital intelectual.

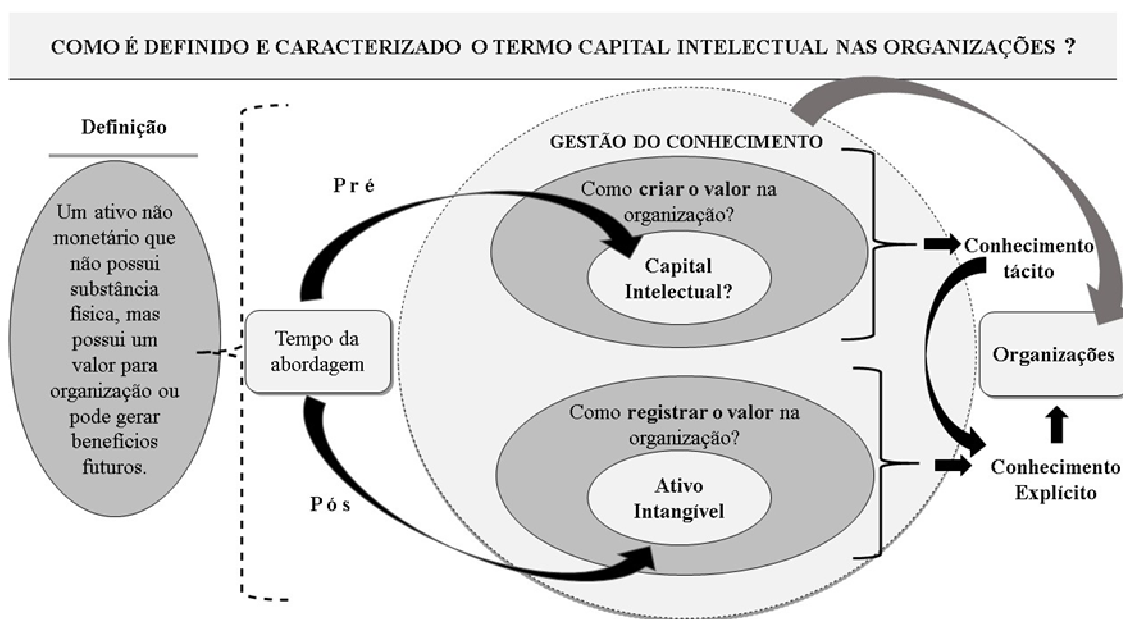


Figura 4 – Análise do termo capital intelectual

Fonte: Elaboração própria.

A primeira, capital intelectual, é a criação de valor, onde as organizações com esse foco tendem a concentrar mais atenção no aspecto de capital humano, identificando como é organizado, como é conduzido e como gera valor para a organização. Essa primeira perspectiva parece refletir a contextualização de uma abordagem voltada para área da gestão do recurso intangível. A segunda, ativo intangível, é a extração do valor, em que as organizações com esse foco tendem a concentrar atenção no aspecto de registrar monetariamente o ativo intangível, tal como a propriedade intelectual e a comercialização desses ativos. Essa segunda

perspetiva parece refletir a contextualização de uma abordagem voltada para a contabilidade e para as formalidades da consideração do intangível e sua contabilização na organização.

Por fim, apresenta-se na Figura 4 o capital intelectual sem apresentar uma distinção do ativo intangível, mas aponta-se para a definição com dois tempos de abordagem do termo: i) a criação de valor e ii) o registo do valor. A gestão do capital intelectual nos dois momentos, pré e pós, representam duas perspetivas que fazem parte de um processo maior que pode ser considerado como a gestão do conhecimento na organização, a qual consiste em gerir o processo focado na atenção do aspeto humano e nas inovações que são geradas principalmente pelo investimento em intangíveis. Quando esses investimentos são comercialmente bem-sucedidos e são protegidos por patentes ou vantagens do pioneirismo em produto, eles são transformados em ativos tangíveis, criando valor corporativo e crescimento para a organização (Lev, 2001).

REFERÊNCIAS

- Alwert, K., Bornemann, M., & Kivikas, M. Intellectual capital statement Guideline: Made in Germany (2004). Germany. Retrieved from http://www.akwissensbilanz.org/Infoservice/Infomaterial/Leitfaden_english.pdf
- Amaral, P., & Pedro, J. (2004). *O capital conhecimento*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Andersson, M., & Wiklund, T. (2012). *The 21st century company's true value: Intellectual capital disclosure and share prices on Nasdaq OMXS30*. Univertitet Umea. Retrieved from <http://umu.diva-portal.org/smash/record.jsf?pid=diva2:540154>
- Andriessen, D. (2004). *Making sense of intellectual capital*. Oxford: Elsevier.
- Boeckstein, B. (2006). The relation between intellectual capital and intangible assets of pharmaceutical companies. *Journal of Intellectual Capital*, 7(2), 241–253. doi:10.1108/14691930610661881
- Bontis, N. (1998). Intellectual capital: an exploratory study that develops measures and models. *Management Decision*, 36(2), 63–76. doi:<http://dx.doi.org/10.1108/00251749810204142>
- Brooking, A. (1997). *Intellectual capital*. London: International Thomson Business Press.
- Cabrita, M. (2009). *Capital Intelectual e desempenho organizacional*. Lisboa: Lidel.
- Cabrita, M., & Bontis, N. (2008). Intellectual capital and business performance in the Portuguese banking industry Maria do Rosário Cabrita. *Int. J. Technology Management*, 43(1-3), 212–237. doi:10.1504/IJTM.2008.019416
- Cañibano, L., & Sánchez, M. (2004). *Lecturas sobre intangibles Y capital intelectual*. Madri: Asociación española de contabilidad y administración de empresas.
- Cañibano, L., & Sánchez, M. (2009). Intangibles in universities: current challenges for measuring and reporting. *Journal of Human Resource Costing & Accounting*, 13(2), 93–104. doi:10.1108/14013380910968610
- Choong, K. (2008). Intellectual capital: definitions, categorization and reporting models. *Journal of Intellectual Capital*, 9(4), 609–638. doi:10.1108/14691930810913186

- Cuganesan, S. (2005). Intellectual capital-in-action and value creation. *Journal of Intellectual Capital*, 6(3), 357–373. doi:10.1108/14691930510611102
- Dumay, J. (2009). Intellectual capital measurement: a critical approach. *Journal of Intellectual Capital*, 10(2), 190–210. doi:10.1108/14691930910952614
- Dumay, J. (2008). Narrative disclosure of intellectual capital: A “structural” analysis. *Management Research News*, 31(7), 518–537. doi:10.1108/01409170810876080
- Edvinsson, L., & Malone, M. (1997). *Intellectual capital*. London: Piatkus.
- Edvinsson, L., & Sullivan, P. (1996). Developing a model for managing intellectual capital. *European Management Journal*, 14(4), 356–364. doi:10.1016/0263-2373(96)00022-9
- European Commission. (2006). *Reporting Intellectual Capital to Augment Research, Development and Innovation in SMEs*. Luxembourg.
- Fincham, R., & Roslender, R. (2003). *THE MANAGEMENT OF INTELLECTUAL CAPITAL AND ITS IMPLICATIONS FOR BUSINESS REPORTING*. EDINBURGH.
- Giuliani, M., & Marasca, S. (2011). Construction and valuation of intellectual capital: a case study. *Journal of Intellectual Capital*, 12(3), 377–391. doi:10.1108/14691931111154698
- Guthrie, J., & Petty, R. (2000). Intellectual capital: Australian annual reporting practices. *Journal of Intellectual Capital*, 1(3), 241–251. doi:10.1108/14691930010350800
- Hayton, J. (2005). Competing in the new economy: The effect of intellectual capital on corporate entrepreneurship in high-technology new ventures. *R and D Management*, 35(2), 137–155. doi:10.1111/j.1467-9310.2005.00379.x
- Kaufmann, L., & Schneider, Y. (2004). Intangibles: A synthesis of current research. *Journal of Intellectual Capital*, 5(3), 366–388. doi:10.1108/14691930410550354
- Kelly, A. (2004). The intellectual capital of schools : analysing government policy statements on school improvement in light of a new theorization The intellectual capital of schools : analysing government policy statements on school improvement in light of a new theoriza. *Journal of Education Policy*, 19:5(769892867), 609–629. doi:10.1080/0268093042000269180
- Kluge, J., Stein, W., & Licht, T. (2002). *Gestão do conhecimento*. Caiscais: Principia.
- Leitner, K., & Curaj, A. (2014). *A strategic approach for intellectual capital management in european universities*. Bucharest: UEFISCDI.
- Lev, B. (2001). *Intangibles management, measurement, and reporting*. Washington: Brookings institution press.
- Lu, W. (2012). Intellectual capital and university performance in Taiwan. *Economic Modelling*, 29(4), 1081–1089. doi:10.1016/j.econmod.2012.03.021
- Meritum Project. (2002). “ Guidelines for Managing and Reporting on Intangibles (Intellectual Capital Report).” *Vodafone Foundation*.
- Murthy, V., & Mouritsen, J. (2011). The performance of intellectual capital: Mobilising relationships between intellectual and financial capital in a bank. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 24(5), 622–646. doi:10.1108/09513571111139120
- Nava-Rogel, R., & Mercado-Salgado, P. (2011). Análisis de trayectoria del capital intelectual en una universidad pública mexicana. *Revista Electrónica dNava-Rogel, R., & Mercado-*

Salgado, P. (2011). *Análisis de Trayectoria Del Capital Intelectual En Una Universidad Pública Mexicana*. *Revista Electrónica de Investigación Educativa*, 13:2, 166–187. *Investigación Educativa*, 13:2, 166–187.

Nonaka, I., & Takeuchi, H. (1995). *The knowledge-creating company: how japonese companies create the dynamics of innovation*. New York: Oxford University Press.

Ramírez, Y. (2010). Intellectual capital models in Spanish public sector. *Journal of Intellectual Capital*, 11(2), 248–264. doi:10.1108/14691931011039705

Ramírez, Y., Lorduy, C., & Rojas, J. (2007). Intellectual capital management in Spanish universities. *Journal of Intellectual Capital*, 8(4), 732–748. doi:10.1108/14691930710830873

Rastogi, P. (2003). The nature and role of IC. *Journal of Intellectual Capital*, 4(2), 227–248. doi:10.1108/14691930310472848

Schindler, R., & Jaitner, A. (2003). *Intellectual capital: measuring knowledge management*. In *Knowledge Management: concepts and best practices*. Berlin: Springer.

Stewart, T. (1997). *Capital intelectual a nova riqueza das organizações*. Lisboa: Silabo.

Wall, A. (2005). The measurement and management of intellectual capital in the public sector: Taking the lead or waiting for direction? *Public Management Review*, 7(2), 289–303. doi:10.1080/14719030500091723